



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

Estudo Técnico Preliminar (ETP)

1. Informações Básicas

Este documento representa a primeira etapa do planejamento para a contratação de uma solução destinada a suprir a necessidade especificada. O principal objetivo é analisar detalhadamente essa necessidade e identificar a melhor solução disponível no mercado, em conformidade com as normas vigentes e os princípios que regem a Administração Pública. Após este estudo, poderão ser feitas pequenas alterações no Termo de Referência, que será elaborado como parte da fase final, anterior à publicação do edital.

2. Descrição da Necessidade

A necessidade da contratação da aquisição de medicamentos para o Município de Nova União/MG surge da imprescindibilidade de se assegurar a continuidade do atendimento a saúde pública, da execução de ordens judiciais e do oferecimento de suporte as pessoas em condição de vulnerabilidade social. Esta aquisição deve pautar-se pela busca eficiente e eficaz de recursos medicamentos, elencados de "A" a "Z", contemplando as categorias:

- Grupo 01 - Medicamentos Genéricos;
- Grupo 02 - Medicamentos Similares;
- Grupo 03 - Medicamentos Éticos;
- Grupo 04 - Medicamentos Específicos;
- Grupo 05 - Medicamentos Biológicos.

A presente demanda foi identificada a partir de:

- ✓ Análise histórica de consumo de medicamentos das unidades de atendimento de saúde municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- ✓ Necessidade de cumprimento e atenção as ordens judiciais que determinam a providência de medicações específicas.
- ✓ Amparo as pessoas em vulnerabilidade social que dependem da assistência farmacêutica gratuita para tratamentos de saúde.

Assim, torna-se premente a efetivação de um processo licitatório que garanta o abastecimento contínuo e adequado do estoque de medicamentos essenciais a manutenção da saúde no município, de modo a evitar a ocorrência de falta de medicamentos críticos, prevenir emergências vinculadas m saúde pública e cumprir com as obrigações legais e sociais do poder público municipal.

A busca por fornecedores capazes de oferecer o maior percentual de desconto sobre a tabela da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – **CMED** vigente visará otimizar a aplicação dos recursos públicos, observando a legislação aplicável e viabilizando uma gestão eficiente e transparente.

Esta ação alinha-se diretamente as diretrizes governamentais de saúde e ao compromisso da Administração Pública com o bem-estar dos cidadãos, representando uma necessidade concreta e imediata do Município de Nova União/MG em sua missão de promover a saúde com abrangência e qualidade.

3. Área Requisitante

Área requisitante	Responsável
Farmácia de Minas - Secretaria de Saúde	Dalysson Romualdo de Sena
Secretaria de Saúde	Bruno Perdigão Alexandrino

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação para aquisição de medicamentos é estabelecida sob requisitos necessários e adequados que asseguram a escolha da solução mais conveniente e eficaz para atendimento das demandas do Município de Nova União/MG, em conformidade com a Lei 14.133/2021. Estão previstos, com base nas políticas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

sustentabilidade e respeito ao meio ambiente, critérios que garantem a adoção de práticas sustentáveis, além do cumprimento de normas legais e padrões de qualidade e desempenho dos produtos farmacêuticos.

Requisitos Gerais:

- ❖ Conformidade dos medicamentos com as especificações da Farmacopeia Brasileira e as determinações da ANVISA;
- ❖ Certificação dos produtos em relação m eficácia, segurança e estabilidade; Capacidade do fornecedor de prover um amplo espectro de medicamentos, garantindo a cobertura da lista "A" a "Z";
- ❖ Garantia de suprimentos dentro dos prazos estipulados e com quantidades adequadas as demandas dos serviços de saúde;
- ❖ Manutenção do estoque mínimo necessário para evitar desabastecimento;
- ❖ Provisão de informações claras e precisas sobre os medicamentos.
- ❖ Todos os produtos devem ter uma validade mínima de 12 meses na data de entrega;
- ❖ Produtos com validade superior a 24 meses: validade mínima de 60% a partir da data de fabricação;
- ❖ Produtos com validade entre 12 e 24 meses: Validade mínima de 75% a partir da data de fabricação.
- ❖ Exceções: em casos justificados e avaliados previamente, a Secretaria Municipal de Saúde poderá, em caráter excepcional, aceitar a entrega de produtos com validade menor, desde que o fornecedor se comprometa a substituir imediatamente os produtos quando necessário.

Requisitos Legais:

- ❖ Registro ativo dos medicamentos junto m ANVISA;
- ❖ Cumprimento das normas de rotulagem e embalagem determinadas pela legislação vigente;



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- ❖ Observância das boas práticas de fabricação e armazenamento; Regularidade fiscal e trabalhista da empresa fornecedora;
- ❖ Atendimento as legislações específicas para transporte de substâncias controladas, quando aplicável.

Requisitos de Sustentabilidade:

- ❖ Fornecimento de produtos com menor impacto ambiental possíveis; Implementação de embalagens recicláveis ou reutilizáveis;
- ❖ Adoção de logística reversa para medicamentos vencidos ou em desuso.

Requisitos da Contratação:

- ❖ Avaliação baseada no maior percentual de desconto sobre a tabela da CMED vigente;
- ❖ A capacidade de fornecimento em atendimento as quantidades estimadas e dinâmicas de consumo;
- ❖ Existência de um serviço de atendimento eficiente para suporte a unidade de saúde.

A definição dos requisitos de contratação é balizada pela essencialidade, sem inclusão de excessivas especificações técnicas que possam restringir a participação de potenciais fornecedores, observando o princípio da competitividade, e com o intuito de não comprometer a economicidade e a eficiência do processo licitatório. Prioriza-se o atendimento amplo e contínuo da demanda por medicamentos, alinhando qualidade com custo-benefício, e garantindo, assim, o atendimento adequado as necessidades da população de Nova União/MG.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado para a aquisição de medicamentos para o município de Nova União/MG investigou as principais soluções de contratação entre fornecedores e órgãos públicos. As alternativas analisadas foram:



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- a. Contratação direta com fornecedores (licitação/pregão – registro de preços), baseada na seleção de empresas especializadas no fornecimento de medicamentos, possibilitando negociações diretamente com fabricantes ou distribuidores autorizados.
- b. Contratação através de terceirização, onde o órgão público firma contratos com empresas que se responsabilizam pela gestão completa do fornecimento dos medicamentos, incluindo a logística de entrega e armazenamento adequado.
- c. Formas alternativas de contratação, como a formação de consórcios intermunicipais para aquisição conjunta, aproveitando a economia de escala, ou a adesão a atas de registro de preços de outros órgãos públicos, visando obter preços e condições já negociadas.

Após criteriosa análise, a solução mais adequada para atender as necessidades da contratação de medicamentos parece ser a contratação direta com fornecedores (licitação/pregão-registro de preços). Este formato permite maior controle sobre a qualidade dos produtos adquiridos, garantindo que os medicamentos sejam fornecidos por empresas confiáveis e com boas práticas de armazenamento e distribuição, essenciais para a manutenção da integridade dos medicamentos. Além disso, as negociações diretas com fornecedores podem contribuir para o alcance de melhores condições de preço e pagamento, tendo impacto positivo na gestão orçamentária da saúde pública municipal.

6. Descrição da Solução

O processo de aquisição de medicamentos para o município de Nova União/MG foi cuidadosamente estudado, tendo como premissa a busca pela solução mais adequada e vantajosa conforme as diretrizes da Lei 14.133/2021 e suas jurisprudências. Após análise do mercado e das necessidades do município, considerou-se que a aquisição com base no maior percentual de desconto sobre a tabela da CMED vigente é a mais eficiente no momento. Esta metodologia alinha-se ao Art. 11 da Lei, que busca



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e o tratamento isonômico entre os licitantes.

- Demanda segmentada: a aquisição será dividida em cinco grupos distintos (medicamentos genéricos, similares, éticos, específicos e biológicos), conforme as especificidades e demandas dos usuários dos serviços de saúde do município.
- Descontos sobre tabela de referência: a busca pelo maior percentual de desconto permite adequação ao orçamento municipal, maximizando o acesso dos cidadãos aos medicamentos por meio do emprego eficiente de recursos públicos, conforme estabelecido pelo Art. 5º da Lei, que enfatiza a economicidade.
- Seleção de fornecedores: os fornecedores serão escolhidos por meio de pregão eletrônico, assegurando competitividade, eficiência e transparência no processo de contratação, em linha com os princípios do Art. 5º.
- Ciclo completo de fornecimento: será contemplado desde a aquisição até a logística de entrega e distribuição dos medicamentos nas unhas de atendimento, alinhado ao Art. 11, inciso I, que considera o ciclo de vida do objeto.
- Compromisso com o desenvolvimento sustentável: o processo de aquisição segue a orientação normativa contida no Art. 26 da referida Lei, que estabelece a preferência por bens recicláveis, reciclados ou biodegradáveis, evidenciando a responsabilidade ambiental do município.

A abordagem descrita está alinhada ao princípio do planejamento, fundamental para assegurar condições satisfatórias para a implementação do processo licitatório e para a execução contratual, tal como preconizado pelo Art. 7º e seu § 2º. Tal princípio é essencial para garantir que a solução escolhida seja não apenas a mais adequada, mas também que ofereça os melhores resultados práticos, em conformidade com as demandas da população atendida pelo município de Nova União/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

7. Estimativa das quantidades a serem contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.
01	Medicamentos genéricos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade
02	Medicamentos similares (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade
03	Medicamentos éticos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade
04	Medicamentos específicos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade
05	Medicamentos biológicos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade

8. Estimativa do Valor da Contratação

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UND.	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
01	Medicamentos genéricos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade	250.000,00	250.000,00
	Medicamentos similares (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED				



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

02	vigente/atualizada).	01	Unidade	100.000,00	100.000,00
03	Medicamentos éticos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade	50.000,00	50.000,00
04	Medicamentos específicos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade	150.000,00	150.000,00
05	Medicamentos biológicos (maior percentual de desconto por item sobre a tabela CMED vigente/atualizada).	01	Unidade	25.000,00	25.000,00

Deste modo, temos que o valor estimado para as aquisições dos medicamentos, conforme dados demonstrados acima, totalizam a monta de R\$ 575.000,00 (quinhentos e setenta e cinco mil reais).

9. Levantamento de percentuais (%) de descontos atualmente praticados no mercado

Foram realizadas diversas pesquisas em portais públicos, com intuito de buscar uma referência de percentual de desconto concedido pelas distribuidoras e fabricantes de medicamentos aos órgãos públicos, a análise crítica desconsiderou os descontos inexequíveis ou excessivamente elevados, após foi calculada a média de descontos para cada tipo de medicamento que será levada em consideração como desconto mínimo sobre a tabela CMED, a ser informado no termo de referência. A tabela abaixo apresenta os detalhes das pesquisas:

Categoria	Documentos	Lotes	Percentual de Desconto	Média de Percentual de Desconto
Medicamentos Genéricos (A a Z)	Termo de Homologação pregão nº 00012/2024 (Prefeitura de Santa Luzia)	Lote 01	60,11%	50,86%
Medicamentos Genéricos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 074/2024 (Prefeitura de Alto Jequitibá)	Lote 01	44%	
Medicamentos Genéricos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 052/2024 (Prefeitura de Matozinhos)	Lote 01	48,47%	
Medicamentos Similares (A a Z)	Termo de Homologação pregão nº 000009/2024, processo 0000018/2024 (Prefeitura de Jacuí)	Lote 02	63,75%	47,86%



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO
ESTADO DE MINAS GERAIS

Medicamentos Similares (A a Z)	Ata de registro de preços nº 074/2024 (Prefeitura de Alto Jequitibá)	Lote 02	35%	
Medicamentos Similares (A a Z)	Ata de registro de preços nº 052/2024 (Prefeitura de Matozinhos)	Lote 02	44,82%	
Medicamentos Éticos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 071/2024 (Prefeitura de São Geraldo do Baixo)	Lote 03	1%	0,92%
Medicamentos Éticos (A a Z)	Termo de Homologação pregão nº 000009/2024, processo 0000018/2024 (Prefeitura de Jacuí)	Lote 03	0,65%	
Medicamentos Éticos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 005/2024 (Prefeitura de Varginha)	Lote 03	1,10%	
Medicamentos Específicos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 052/2024 (Prefeitura de Matozinhos)	Lote 04	24,10%	15,04%
Medicamentos Específicos (A a Z)	Termo de Homologação pregão nº 12/2024, processo 39/2024 (Prefeitura de Jacuí)	Lote 04	10,03%	
Medicamentos Específicos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 047/2024 (Prefeitura de Piranguinho)	Lote 04	11%	
Medicamentos Biológicos (A a Z)	Ata de registro de preços nº 005/2024 (Prefeitura de Varginha)	Lote 05	2,67%	4,42%
Medicamentos Biológicos (A a Z)	Termo de Homologação pregão nº 12/2024, processo 39/2024 (Prefeitura de Jacuí)	Lote 05	10%	
Medicamentos Biológicos (A a Z)	Termo de Homologação pregão nº 000009/2024, processo 0000018/2024 (Prefeitura de Jacuí)	Lote 05	0,60%	

10. Justificativa para Parcelamento ou Não da Solução

Diante das diretrizes da Lei nº 14.133/2021 que regula as licitações e contratos administrativos pertinentes m aquisição de bens e serviços, incluídas as obras e reformas, a definição sobre o parcelamento ou não da solução para contratação de medicamentos requer uma análise criteriosa do planejamento de contratações e da busca pela obtenção das melhores condições para a Administração Pública, alinhada ao interesse público em obtenção da proposta mais vantajosa. Considerando tais aspectos, expomos as seguintes justificativas:

- A possibilidade de parcelamento do objeto, conforme Art. 23, § 1º, da Lei 14.133/2021, tem como objetivo aproveitar as peculiaridades do mercado local



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

visando a economicidade e ampliação da competição, favorecendo a participação de um maior número de licitantes e evitando a concentração do mercado.

- De acordo com o Art. 40, § 3º, a formação de lotes é uma medida administrativa que se justifica somente quando tecnicamente viável e economicamente vantajosa. Neste contexto, a contratação para a aquisição de medicamentos, dado o espectro amplo de itens, aponta para a perspectiva de que o parcelamento poderia, em teoria, conferir vantagens.
- Entretanto, a observância da economicidade nos leva a ponderar a aderência ao Art. 23, § 1º, IV, que enfatiza a pesquisa direta com fornecedores como meio para estabelecer o valor estimado, o que em conjunto com a quantidade e frequência de compra, poderia favorecer a seleção de propostas com preços mais competitivos em um cenário de aquisição centralizada.
- Levando em consideração o Art. 23, § 3º, e a capacidade de armazenamento e consumo dos medicamentos pelo Município de Nova União/MG, pondera-se que um possível parcelamento não proporcionaria vantagens significativas, uma vez que as quantidades necessárias são substanciais e frequentes, justificando, assim, a continuidade da aquisição de maneira unificada.
- A abordagem da **contratação única** está alinhada ao princípio da eficiência administrativa, promovendo um processo licitatório mais célere e uma gestão de contrato mais simplificada, como defendido pelo Art. 5º da Lei 14.133/2021, o que coaduna com a natureza essencial dos itens a serem adquiridos (medicamentos) e a necessidade ininterrupta do seu fornecimento.

A decisão de não parcelar a solução, optando pela contratação unificada dos medicamentos, alinha-se ao princípio de obtenção das condições mais vantajosas para a Administração, assegurando também a atendibilidade contínua das demandas de saúde da população, permitindo a gestão eficiente do estoque e garantindo o cumprimento das políticas públicas de saúde, em consonância com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021. Outro motivo para a decisão de não parcelamento é a questão que alguns dos itens em processos licitatórios anteriores restaram fracassados, principalmente os medicamentos éticos e específicos, sendo assim a contratação única fará com que todos os itens demandados sejam contratados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O presente processo de aquisição de medicamentos está em pleno alinhamento com o plano plurianual anual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária anual (LOA). O referido estudo delineia as necessidades das aquisições e contratações da entidade para o período, e este processo foi planejado em consonância com os objetivos e as demandas previamente identificadas. A consistência entre o processo de contratação e o planejamento estratégico é evidente, garantindo que as ações desenvolvidas estejam em harmonia com as diretrizes estabelecidas para o fornecimento contínuo e eficiente de medicamentos nas unidades de atendimento de saúde do município de Nova União/MG.

A integração desse processo com o Plano Plurianual Anual e Lei das diretrizes orçamentárias assegura que a aquisição dos medicamentos atenda aos princípios da eficiência e da economicidade, a partir do mapeamento de requisitos e da adequação ao orçamento disponível, refletindo o compromisso da administração com a gestão responsável dos recursos públicos. Além disso, essa ação estratégica contribui para o cumprimento das metas de saúde pública, especialmente no que se refere à assistência farmacêutica, e está em linha com as iniciativas de atenção às pessoas em vulnerabilidade social, conforme estabelecido nas políticas de saúde do município.

13. Benefícios a Serem Alcançados com a Contratação

A contratação em vista tem o propósito de alcançar resultados significativos para o atendimento das necessidades de saúde da população de Nova União/MG. Nesse sentido, espera-se:

- ✓ Assegurar a adequada disponibilidade de medicamentos na rede de saúde, considerando a essencialidade dos itens para a prestação de cuidados contínuos e emergenciais, alinhando-se aos objetivos de promoção da saúde e atendimento eficaz, em conformidade com o art. 11 da Lei 14.133 que preconiza a seleção de propostas que gerem resultados mais vantajosos e atendimento do interesse público.
- ✓ Potencializar a eficiência do gasto público, evidenciando a economicidade na aquisição dos medicamentos, cumprindo, assim, os princípios da eficiência e economicidade, reforçados pelo dispositivo citado e pelo art. 40 que destaca a importância de observar as condições de pagamento e a economia de escala potencial nos processos de aquisição.
- ✓ Propiciar maior segurança no tratamento da população, com a garantia de medicamentos que atendam as normas técnicas vigentes, respeitando os



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

princípios de legalidade e moralidade na administração pública e o interesse público, em consonância com o art. 23 que orienta a observância dos preços de mercado e qualidade do produto ou serviço.

- ✓ Atender com prontidão as demandas judiciais e as necessidades das pessoas em vulnerabilidade social, reiterando o compromisso da Administração Pública com a universalidade e integralidade do atendimento em saúde, em harmonia com o art. 5º que reitera o atendimento aos princípios da impessoalidade e da legalidade.
- ✓ Otimizar a logística de abastecimento das unidades de saúde, minimizando riscos de desabastecimento e garantindo a continuidade das tratativas de saúde, compatível com a gestão eficiente de recursos e práticas sustentáveis, tal como preconizado no art. 40 que inclui a definição de quantitativos com base em consumo provável e técnicas quantitativas adequadas.
- ✓ Criar condições para uma operacionalização rápida e efetiva das compras, respeitando os princípios de celeridade e simplificação dos processos de aquisição, em linha com o delineado no art. 26 que prevê a possibilidade de margens de preferência para produtos nacionais e sustentáveis.

Tais resultados convergem para a missão principal da Administração Pública de servir a coletividade, provendo condições para a manutenção da saúde pública, e conduzem na realização dos objetivos colocados pela Lei 14.133 de alcançar o melhor interesse público por meio de processos licitatórios orientados ao aumento da eficácia e ao desenvolvimento sustentável.

14. Providências a Serem Adotadas

Para garantir a eficiência e eficácia do processo de aquisição de medicamentos, as seguintes providências serão adotadas:

- Preparação de um termo de referência ou projeto básico detalhado, conforme o caso, alinhado com os requisitos técnicos e necessidades específicas da contratação.
- Elaboração de um edital de licitação claro e abrangente, que incorpore todas as condições e exigências para a participação e submissão de propostas por parte dos licitantes.
- Monitoramento da entrega dos medicamentos, prazos, qualidade dos produtos, e conformidade com as especificações técnicas e condições estabelecidas.
- Acompanhamento e avaliação periódica dos resultados da contratação, visando identificar oportunidades de melhorias contínuas no processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Garantir o cumprimento de todas as providências ambientais necessárias, observando uma logística sustentável e a correta destinação de resíduos e embalagens, conforme Art. 18 da Lei 14.133.
- Verificação da execução contratual em conformidade com o planejamento estratégico da Administração e as leis orçamentárias, conforme o Art. 7º da Lei 14.133.

Essas providências assegurarão que o processo de contratação esteja alinhado aos objetivos do setor público, garantindo assim o melhor aproveitamento dos recursos públicos e atendimento eficaz das necessidades de saúde dos cidadãos atendidos pelas unidades de saúde do município de Nova União/MG.

15. Justificativa para adoção do registro de preços

A adoção de um sistema de registro de preços, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, é uma estratégia que proporciona eficiência e agilidade nas contratações públicas, especialmente quando há uma previsibilidade e uma regularidade na aquisição de bens ou serviços. Por isso, para o caso específico da aquisição de medicamentos com base na listagem de "A" a "Z" pelo município de Nova União/MG, decidiu-se por adotar o sistema de registro de preços pelas seguintes razões:

A análise das necessidades atuais das unidades de saúde do município e as ordens judiciais indicam uma demanda variada, o que dificulta a estimativa precisa das quantidades a serem adquiridas e utilizadas.

Consoante a Lei nº 14.133/2021, e seguindo os princípios de eficiência, economicidade e obtenção do melhor resultado para a administração pública, conclui-se que a adoção do sistema de registro de preços para a presente contratação é a decisão mais adequada. Permitirá enfrentar as demandas existentes e as que surgirão no decorrer da vigência da contratação e garantirá a aquisição dos medicamentos necessários a todos os munícipes, especialmente aqueles que se encontram em situações de urgência e vulnerabilidade social.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Em conformidade com as disposições da Lei 14.133, que preconiza o desenvolvimento nacional sustentável como um dos princípios a serem observados no processo de contratação (Art. 5º), torna-se fundamental identificar e avaliar possíveis impactos ambientais decorrentes da aquisição de medicamentos, bem como definir medidas mitigadoras a serem implementadas pelo fornecedor. O levantamento dos possíveis impactos ambientais e proposição de medidas mitigadoras estão alinhados com as recomendações do Art. 18, XII da Lei 14.133, que menciona a descrição de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras como parte essencial do Estudo Técnico Preliminar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

- Impactos no transporte e entrega: emissões de gases de efeito estufa e outros poluentes atmosféricos durante o transporte dos medicamentos. O fornecedor deverá adotar medidas como otimização de rotas, uso de veículos com baixa emissão de poluentes, e compensação de carbono para mitigar esses impactos.
- Embalagem e resíduos: produção de resíduos sólidos pela grande quantidade de embalagens utilizadas. Medidas mitigadoras incluem a utilização de embalagens recicláveis ou biodegradáveis, adoção de sistemas de devolução ou reciclagem das embalagens, e conscientização sobre o descarte adequado por parte das unidades de saúde.
- Armazenamento e manuseio: riscos de contaminação do solo e da água devido a vazamentos e descarte inadequado de medicamentos vencidos. É essencial a implementação de procedimentos para o armazenamento seguro e descarte ecologicamente correto dos medicamentos, conforme regulamentações da ANVISA.
- Impactos indiretos: o aumento no consumo de recursos naturais para a produção dos medicamentos adquiridos. As medidas mitigadoras podem incluir o incentivo a fornecedores que adotem práticas de produção mais sustentáveis e eficientes na utilização de recursos.
- Disposal of pharmaceuticals: possibilidade de impactos negativos associados ao descarte inadequado de medicamentos pelo consumidor final. Ações educativas para orientar a população sobre os pontos de coleta e descarte apropriado podem ser implementadas.

A implementação e eficácia das medidas mitigadoras propostas deverão ser monitoradas ao longo do período de contrato através de mecanismos de gestão ambiental, com registros periódicos das atividades desenvolvidas e resultados alcançados, reafirmando o compromisso com o princípio de desenvolvimento nacional sustentável previsto na Lei 14.133.

17. Declaração de Viabilidade

Após um estudo criterioso do processo licitatório em questão, fundamentado nas disposições e princípios estabelecidos pela Lei 14.133, de abril de 2021, chegamos a um posicionamento conclusivo a respeito da viabilidade e razoabilidade da contratação para a aquisição de medicamentos com base na listagem de "A" a "Z", ofertados através do maior percentual de desconto sobre a tabela da CMED vigente, destinados as unidades de atendimento de saúde do município de Nova União/MG. As seguintes considerações foram levadas em conta:

- ✓ A contratação se mostra viável pela aderência ao princípio do julgamento objetivo, conforme o Art. 5º, visando assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.
- ✓ A economicidade e a execução eficiente, conforme preconizado pelo Art. 11, estão alinhadas com a opção pelo critério de maior percentual de desconto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UNIÃO

ESTADO DE MINAS GERAIS

gerando economia aos cofres públicos sem prejudicar a qualidade dos medicamentos fornecidos.

- ✓ A competitividade e igualdade entre os licitantes, também mencionadas no Art. 11, são asseguradas pela utilização da modalidade de Pregão Eletrônico, que amplia o alcance e facilita a participação de diversos fornecedores.
- ✓ A razoabilidade da contratação é confirmada pela demanda comprovada dos medicamentos, cujas estimativas baseiam-se em consumo histórico e no incremento da demanda, assegurando assim o atendimento adequado das necessidades públicas.
- ✓ A legislação aplicável proporciona mecanismos suficientemente e robustos para assegurar o cumprimento das finalidades da contratação em sintonia com a gestão eficiente dos recursos e com as necessidades de saúde do município de Nova União/MG.

Com base nos elementos apresentados e em conformidade com a Lei de Licitações vigente (Lei 14.133), conclui-se que o registro de preços para aquisição de medicamentos é viável, razoável e atende aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de trazer benefícios transparentes e mensuráveis para a Administração Pública e para a população servida.

18. Responsáveis

Responsável pelo acompanhamento e execução: **Dalysson Romualdo de Sena**

Responsável pela secretaria municipal de saúde: **Bruno Perdigão Alexandrino**

Dalysson Romualdo de Sena
Farmacêutico

Bruno Perdigão Alexandrino
Secretário Municipal de Saúde

Nova União, 18 de outubro de 2024.